

CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE DUARTINA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 31/2026

À

Prefeitura Municipal de Duartina

Gabinete do Prefeito / Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Solicitação de informações sobre organização, coordenação e execução do AEE (Atendimento Educacional Especializado)

Os vereadores que subscrevem, no uso de minhas atribuições legais e no exercício do dever de fiscalização dos atos do Poder Executivo, venho, por meio deste, REQUERER as seguintes informações:

1. Da estrutura do AEE no município

- a) Informar qual é a estrutura administrativa formal do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município;
- b) Esclarecer se existe cargo oficialmente criado de Coordenador do AEE, encaminhando cópia da lei ou ato normativo correspondente;
- c) Informar, em caso negativo, qual o fundamento legal para a existência de coordenação e representação do AEE sem previsão formal;

2. Da designação de servidores

- a) Informar sob qual ato administrativo foram designadas as servidoras como responsáveis, coordenadoras ou representantes do AEE;
- b) Encaminhar cópias das portarias, designações ou quaisquer documentos que formalizem tais funções;
- c) Esclarecer se houve processo seletivo, critérios técnicos ou qualquer procedimento formal para essas designações;

3. Do possível desvio de função

- a) Informar se a Administração reconhece que as servidoras exercem, simultaneamente, atribuições de seus cargos efetivos e funções de coordenação do AEE;
- b) Esclarecer como se dá a compatibilização dessas atividades dentro da jornada de trabalho;
- c) Informar quais medidas são adotadas para evitar prejuízo ao exercício das funções originais dos cargos;

4. Da jornada de trabalho e banco de horas

- a) Informar como é realizado o controle de jornada das servidoras mencionadas;
- b) Encaminhar registros de ponto e demonstrativos de banco de horas desde agosto de 2022 até a presente data;
- c) Esclarecer o fundamento legal para a concessão e compensação de banco de horas decorrente de participação em eventos, reuniões e ATPCs;

5. Da participação em ATPCs e formações

- a) Informar sob qual fundamento legal as referidas servidoras participam e/ou conduzem ATPCs, considerando que tais atividades são destinadas a profissionais do magistério;
- b) Encaminhar registros de participação, pautas e designações formais dessas atividades;
- c) Esclarecer a participação das servidoras em treinamentos, eventos e formações do AEE, indicando custeio, carga horária e finalidade;

6. Dos contratos e assessorias

- a) Encaminhar cópia dos contratos firmados com as empresas Assessoria Esperançar e CROB Assessoria em Desenvolvimento Profissional (CNPJ 31.179.291/0001-50);
- b) Informar o objeto dos contratos, valores pagos e período de vigência;
- c) Esclarecer qual a relação dessas empresas com a organização, formação e execução do AEE no município;

7. Da legalidade e princípios administrativos

- a) Esclarecer a ausência de regulamentação formal do cargo de coordenação do AEE;
- b) Justificar a manutenção de servidores exercendo funções de coordenação sem previsão legal por período superior a três anos;
- c) Informar quais medidas foram adotadas para garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no art. 37 da Constituição Federal, especialmente nos princípios que regem a Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que o AEE é serviço essencial e de alta complexidade, exigindo organização adequada, definição clara de responsabilidades e atuação técnica compatível com os cargos ocupados, de modo a não comprometer a qualidade do atendimento prestado aos alunos e à rede municipal de ensino.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

ANTONIO DOMINGOS DA SILVA
ROMIN FOGAÇA RODRIGUES